



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**CADERNO 3**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Decisor:	Louise Costa Ferreira
Unidade Demandante:	Secretaria de Engenharia
Equipe de Planejamento:	x
Integrante demandante:	Cristiano Carneiro da Fonseca
Integrante Técnico:	x
Integrante Administrativo:	x

### **I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente contratação visa conferir agilidade e confiabilidade ao processo de avaliação dos imóveis da Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais, entendendo que a empresa e/ou o profissional especializado neste assunto terá condições de aferir o valor atual de mercado dos imóveis do TRT da 3ª Região – próprios ou locados, bem como das cessões de uso interno desses imóveis – em consonância com as normas técnicas pertinentes. Assim, possibilitará que este Regional dê cumprimento à legislação aplicável e às normas emanadas do CSJT, TCU e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SPU/MG, bem como possibilitará o registro das informações obtidas no Sistema de Gestão Imobiliária da União – SPUnet.

### **II - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANEJAMENTO DO TRT**

A contratação proposta não tem correlação com o Planejamento Estratégico deste Regional.

#### **II.1 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO TRT**

A contratação proposta consta do Plano de Contratações Anual de 2026, item 152.

### **III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Existem diversas empresas prestadoras do serviço especificado para o qual o mercado está preparado. A execução dos serviços obedecerá às prescrições contidas nas normas técnicas da ABNT, em especial as NBR 14.653-1:2001, 14.653-2:2011 e 12.721:2006, bem como suas alterações, e a Instrução Normativa SPU/MGI Nº 98, de 06 de março de 2025.

O profissional avaliador, detentor de formação em nível superior, com habilitação legal e capacitação técnico-científica para realizar avaliações, deverá estar devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU.

#### IV – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS

Foram estimados 45 laudos de avaliação para a contratação, a serem demandados a critério da Administração, considerando um prazo de vigência de 2 (anos). A estimativa foi embasada na previsão de eventuais pedidos de laudos para o período de 2026 a 2028.

Previsão 2026 a 2028		
Locação	Cessão onerosa de espaço físico	Mensuração inicial
Prorrogação contratual	Caixa Econômica Federal (12/2027)	Sistema SPIUnet
1.Diamantina (R. Caminho do Carro) (12/2026)	10.Araxá	32.Belo Horizonte (Rua Pompéia)
2.Frutal (10/2027)	11.Belo Horizonte (Av. Getúlio Vargas)	33.Congonhas (Avenida Júlia Kubitschek)
3.Iturama (08/2026)	12.Belo Horizonte (Rua Goitacazes)	34.Diamantha (Rua Neco Amorim)
4.Lavras (11/2028)	13.Bom Despacho	35.Guanhães (Av. Alberto Caldeira)
5.Guanhães (Pça JK)	14.Cataguases	36.Guanhães (Av.Governador Milton Campos)
6.Governador Valadares	15.Contagem	
7.Paracatu (12/2026)	16.Coronel Fabriciano	
8.Sabará (05/2026)	17.Guaxupé	
	18.Itajubá	
	19.João Monlevade	
Chamamento Público	20.Juiz de Fora	
9.Sabará	21.Lavras	
	22.Montes Claros	
	23.Nova Lima	
	24.Passos	
	25.Ribeirão das Neves	
	26.Sete Lagoas	
	27.Teófilo Otoni	
	28.Uberaba	
	29.Uberlândia	
	30.Uberaba	
	31.Uberlândia	

#### V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

##### Qual a justificativa para a contratação?

A Secretaria de Engenharia, por meio da Seção de Bens Imóveis, é unidade auxiliar na gestão do patrimônio imobiliário do TRT da 3ª Região, conforme definido no art.4º, I, da Portaria GP N. 188, de 3 de julho de 2020. A atividade abrange funções como: alimentar e manter atualizado o cadastro de bens imóveis próprios e de terceiros; auxiliar a Administração nas cessões de espaço físico do Tribunal a entidades públicas e privadas; e gerir locação de imóveis. Tais atividades demandam a definição, por meio de laudo de avaliação oficial, do preço de mercado que reflita os valores de venda, locação ou cessão de parte dos imóveis.

Cumpram-se ainda os apontamentos realizados pela Secretaria de Controle Interno (atual SEAUD – Secretaria de Auditoria) por meio do Relatório Final de Auditoria nº SECOI/06/2017 (controles internos ligados à gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade do TRT-MG) e do Relatório de Auditoria nº SECOI/02/2016 (processo de locação de imóveis no TRT/3ª Região). As auditorias seguiram determinação contida no Acórdão 2294/2017-TCU, Segunda Câmara, no sentido de envidar esforços para “evitar as deficiências na avaliação da gestão do patrimônio sob a responsabilidade do TRT-MG”. Ressalta-se que no Acórdão de Relação 512/2018/TCU-Primeira Câmara, relativo à prestação de contas deste Regional no exercício de 2015, a Corte de Contas determinou “recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que observe as providências preconizadas no Relatório de Auditoria SECOI 02/2016, atinentes à gestão dos imóveis alugados.” Para o cumprimento dos apontamentos descritos nos relatórios supramencionados, faz-se necessária a contratação do objeto deste Estudo.

**Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?**

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de elaboração de laudo de avaliação de imóveis é amplo e o serviço tem execução simples, já que decorre da aplicação de requisitos previstos em normas específicas. Portanto, em princípio, qualquer empresa especializada que preste serviço na área do objeto pretendido e possua responsável técnico habilitado no CREA/CAU poderá atender aos requisitos especificados.

**Quais as justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?**

A Instrução Normativa SPU/MGI Nº 98, de 06 de março de 2025, no art.7º, apresenta alternativas para a realização de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse. No âmbito deste Regional, são viáveis as descritas nos incisos III e IV discriminadas abaixo:

“Art. 7º As avaliações dos imóveis da União e de seu interesse , a critério das unidades gestoras e da SPU, deverão ser realizadas:

III - por banco público federal, empresas públicas, órgãos ou entidades do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios por meio de dispensa de licitação, observados os arts. 11-C e 24-C da Lei nº 9.636, de 1998; ou

IV - por empresa especializada ou avaliador habilitado nos termos dos arts. 11-C e 23-A da Lei nº 9.636, de 1998, Portaria nº 8.700, de 27 de agosto de 2018, e da Portaria 11.488, de 22 de setembro de 2021, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, quando couberem.”

Na contratação por meio de banco público federal, há um edital de credenciamento de engenheiros para avaliação de imóvel, com os requisitos e preços definidos pelo banco. Já o procedimento licitatório permite a concorrência de forma igualitária entre empresas privadas, com requisitos específicos, definidos por este TRT, a serem cumpridos para firmar o contrato. A licitação possibilita obter a contratação mais vantajosa que reflita no melhor gasto pela Administração Pública, gerando economia aos cofres públicos e proporcionando eficiência e qualidade aos serviços.

**Quais são as normas que disciplinam o objeto da contratação?**

A execução dos serviços obedecerá às prescrições contidas nas normas técnicas da ABNT, em especial as NBR 14.653-1:2001, 14.653-2:2011 e 12.721:2006, bem como suas alterações, e a Instrução Normativa SPU/MGI Nº 98, de 06 de março de 2025.

**Há registro de ocorrências negativas ocorridas em contratações anteriores similares?**

Em 2014, este Tribunal, via inexigibilidade de licitação (e-PAD 8652/2014 e 17164/2014), firmou o contrato 14SR006 com a Caixa Econômica Federal (CEF) para prestação de serviços técnicos de engenharia, na área de avaliação de imóveis. Os laudos de avaliação abrangeriam os imóveis urbanos de propriedade ou de interesse deste Regional.

O contrato 14SR006 teve sua vigência encerrada em 01/06/2019. Entretanto, em abril de 2018, a CEF informou a impossibilidade de atendimento à solicitação de elaboração de novos laudos de avaliação com as tarifas vigentes no contrato, ressaltando, ainda, que os laudos somente poderiam ser elaborados com a adoção da nova tabela de custos proposta pela CEF. Tendo em vista que a contratada não entregou os laudos solicitados e não comprovou a defasagem dos preços pactuados, foi aplicada a pena de advertência por descumprimento contratual.

No Contrato 19SR031, firmado com a empresa Evolution Avaliação e Engenharia, referente aos laudos de avaliação dos imóveis localizados na Capital, vigente de 02/01/2020 a 01/01/2024, houve procedimento sancionatório para aplicação de multa por atraso na entrega dos serviços.

**Quais ações podem ser adotadas para evitar a repetição das ocorrências negativas supracitadas?**

Com o objetivo de assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como para embasar a elaboração do Termo de Referência, foram realizadas pesquisas nos demais Regionais a fim de conhecer as soluções que melhor atenderiam às necessidades da Administração na área de avaliação de Imóveis. A partir deste conhecimento foi definida a forma da contratação, optando-se por empresa especializada, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, definição das etapas e prazos para entrega dos serviços. Caberá à fiscalização acompanhar a execução do Contrato e notificar a empresa por mora na entrega do serviço, intimando-a a cumprir o contrato e informando-a de que, vencido o prazo pactuado, estará sujeita ao pagamento de multa e a outras penalidades contratuais e normativas;

**Há necessidade de que a atual contratada transfira conhecimento, técnicas ou tecnologias para a nova contratada?**

Não, pois os laudos são elaborados em conformidade com requisitos previstos em normas específicas, de modo que qualquer empresa especializada poderá cumprir o objeto a ser contratado.

**Há necessidade de insumos cuja previsibilidade não seja possível neste momento? Quais mecanismos devem ser incluídos no TR para tratar desta questão?**

Não se aplica.

**Há contratações similares feitas por outras entidades que possam ser usadas como fonte para pesquisa de novas metodologias, tecnologias ou inovações?**

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao site do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e as metodologias identificadas como incremento para melhor atender às necessidades da Administração foram incorporadas na contratação em análise.

## **VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**Trata-se de bens e serviços em geral?**

Sim, trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico profissional de elaboração de laudos de avaliação de imóveis.

**Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado?**

Foram estimados 45 laudos de avaliação para a contratação, a serem demandados a critério da Administração, considerando um prazo de vigência de 2 (anos). A estimativa foi embasada na previsão de eventuais pedidos de laudos para o período de 2026 a 2028.

**A estimativa do valor da contratação utilizou quais fontes para sua definição?**

Para melhor definição do preço de referência da contratação, foram colhidos orçamentos com 7 (sete) empresas privadas, compondo a cesta de preços com os valores contratados por entidades públicas.

**É viável realizar a pesquisa de mercado?**

Sim. Existem empresas que trabalham na área e que podem fornecer orçamentos para obtenção de preço de referência.

**É adequada a pesquisa de preços pela técnica de avaliação de preços praticados no mercado pelo próprio fornecedor?**

Não.

**No caso de preços praticados pelo próprio fornecedor, há parâmetros que permitam aferir sua razoabilidade?**

Não se aplica.

**Foram encontrados preços de objetos similares no PNCP?**

Foram realizadas consultas no Portal Nacional de Contratações Públicas, tendo sido localizadas 6 (seis) contratações similares.

**É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?**

Sim, entende-se que a melhor forma de aferir o preço de referência para a contratação é a cotação no mercado, já que as informações relevantes podem ser repassadas as empresas, que poderão oferecer um preço compatível com o trabalho a ser realizado.

**Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?**

Não, a especificidade do objeto dificulta este tipo de consulta.

**Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?**

Sim, as propostas constam no processo e foram utilizadas para a composição do preço de referência da contratação. Buscou se empresas que participaram de processos licitatórios de outros órgãos públicos para a realização de laudo de avaliação de imóvel.

**Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?**

Não.

**Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?**

A definição do método para estabelecer o preço de referência para a contratação é tarefa discricionária do gestor público, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão 4952/2012 – Plenário. Desse modo, foi utilizada a mediana, que é o valor que separa a metade maior e a metade menor de um conjunto de dados, devido a heterogeneidade das amostras.

**É adequada a pesquisa de preços por meio da técnica Composição de Custos Unitários + BDI?**

Não.

**No caso de utilização da Composição de Custos Unitários + BDI, quais as fontes de preços a serem usadas e qual a justificativa para sua escolha? Trata-se de obras e serviços de Engenharia? Se sim, deve-se observar o art. 23, §2º da Lei 14.133/21:**

Não se aplica.

## **VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Esta especificação técnica refere-se aos serviços de elaboração de laudos de avaliação de mercado dos imóveis utilizados ou de interesse da Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais. Os laudos contemplarão a identificação do valor do imóvel, do valor de aluguel e/ou do valor de cessão de uso de espaços internos.

Deverão atender integralmente ao disposto no item 10.1 das normas ABNT NBR 14653-1:2001 e 14.653-2:2011 e no artigo 18 da IN 98/2025 da SPU, contendo, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação do solicitante;
- b) Finalidade do laudo;
- c) Objetivo da avaliação;
- d) Pressupostos, ressalvas e fatores limitantes;
- e) Identificação e caracterização do imóvel avaliando, incluindo a estimativa da idade aparente e vida útil de cada benfeitoria do imóvel e a classificação quanto ao tipo de projeto padrão do CUB-Sinduscon;
- f) Diagnóstico de mercado;
- g) Indicação do(s) método(s) e procedimentos(s) utilizado(s), com justificativa da escolha;
- h) Especificação da avaliação (graus de fundamentação e precisão, devendo ainda apresentar o demonstrativo da pontuação atingida);
- i) Planilha dos dados utilizados;
- j) Descrição das variáveis do modelo, com a definição do critério de enquadramento de cada uma das características dos elementos amostrais;
- k) Tratamento dos dados e identificação do resultado, explicitando os cálculos efetuados, o campo de arbítrio (se for o caso) e as justificativas para o resultado adotado;
- l) Resultado da avaliação e sua data de referência;
- m) Qualificação legal completa e assinatura do(s) profissional(is) responsável(is) pela avaliação;
- n) Local e data do laudo;
- o) Levantamento fotográfico (mínimo de 6 fotos);

## **VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**Qual o maior nível de parcelamento da solução? Justifique.**

Considerando a natureza dos serviços, não se vislumbra o parcelamento da solução devido as características da contratação. O objeto é indivisível e possui características técnicas homogêneas e metodologia padronizadas. A realização dos serviços por empresa única permite melhor gerenciamento (racionalização da gestão e fiscalização contratual), redução dos custos administrativos e economia de escala, padronização e uniformidade dos serviços a serem prestados.

## **IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)**

### **Quais são os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação?**

A contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico profissional de elaboração de laudos de avaliação terá como principal benefício a precisão nos valores pagos a título de locação e aquisição de imóveis e nos valores recebidos pela cessão onerosa de espaços internos. A obtenção do valor de mercado por meio do laudo possibilita economicidade e negociação com os proprietários dos imóveis, evitando pagamentos de valores superestimados.

Os dados apresentados pela contratada relativos aos valores de mercado dos imóveis de uso especial da União destinados a este Regional serão lançados no sistema SPUnet da Secretaria de Patrimônio da União, sendo migrados automaticamente para o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Portanto a constante atualização desses valores garante a confiabilidade dos dados patrimoniais e contábeis da União.

### **Qual é a descrição do objeto suficiente para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração?**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico profissional de elaboração de laudos de avaliação dos imóveis utilizados ou de interesse da Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais. Os laudos contemplarão a identificação do valor do imóvel ou do valor de aluguel e/ou do valor de cessão onerosa de uso de espaços internos.

## **X – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **Quais as providências para adequar o ambiente organizacional em que a solução será implantada? Quais serão os agentes responsáveis por esta adequação?**

Não serão necessárias adequações no ambiente organizacional. Os serviços a serem prestados também não exigem nenhuma modificação na estrutura organizacional e nas instalações físicas. Os procedimentos para minimizar os impactos que poderão interferir no ambiente de trabalho serão de responsabilidade da Secretaria de Engenharia, que deverá providenciar as autorizações de acesso para os funcionários da contratada, garantindo a segurança nos edifícios, bem como se responsabilizar pelo prévio agendamento das vistorias da contratada no imóvel. É aconselhável a capacitação de servidores designados para fiscalização e gestão contratual.

### **Qual a equipe e a estratégia de fiscalização adequada ao objeto?**

A fiscalização do contrato será de responsabilidade do chefe da Seção de Bens Imóveis, vinculado à Secretaria de Engenharia, que deverá verificar, dentre outros pontos, o prazo de execução dos serviços e o cumprimento dos requisitos legais na elaboração dos laudos. A comprovação da vistoria nos imóveis localizados no interior do Estado será realizada por meio de declaração de comparecimento devidamente preenchida e assinada por profissional da contratada habilitado no CREA/CAU e atestado pelo servidor responsável pela unidade.

**Qual o prazo limite para a conclusão da contratação?**

A contratação deverá ser efetivada para substituir a Ata de Registro de Preços nº 02/2024. Propõe-se que a Ata de Registro de Preços tenha validade de 12 meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

**Quais as medidas necessárias para buscar a conclusão da contratação em tempo hábil?**

Análise dos setores competentes deste Tribunal (Diretoria de Administração, Assessoria Jurídica de Licitação e Contratos) e encaminhamento para a Secretaria de Licitações e Contratos a fim de dar continuidade ao processo licitatório.

**XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**Será necessária alguma contratação correlata ou interdependente como: seguros, acréscimos em contratos já existentes, treinamentos, levantamentos específicos?**

Não.

**Haverá necessidade de contratação de serviços de suporte à fiscalização?**

Não.

**XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**Quais os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto?**

Os serviços prestados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, em especial às orientações contidas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho- CSJT.

**Devem ser incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos?**

Não se aplica.

**LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:**

<b>Riscos</b>
Laudos elaborados fora do padrão especificado no edital
Número insuficiente de amostras de dados para a Contratada elaborar o laudo

**AValiação ACERCA DA ESSENCIALIDADE E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS**

**Trata-se de obrigação de fazer, ainda que eventuais entregas de materiais constituam obrigação acessória?**

Sim, a obrigação de fazer constitui-se na elaboração de laudos de avaliação de imóveis.



**A necessidade do serviço se prolonga no tempo, de modo que não é possível vislumbrar seu encerramento, sendo necessária a renovação do contrato em longo prazo?**

Sim. A informação contábil dos imóveis cadastrados no SPUnet, contendo os valores de mercado dos terrenos e das benfeitorias, deve ser atualizada a cada 5 anos. Os contratos de locação, por padrão, possuem vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por até 20 anos. No momento da renovação, se faz necessária a comprovação de que os preços praticados estão de acordo com os preços de mercado. Numa eventual nova contratação de locação ou em um processo de aquisição de imóvel, a comprovação referida acima também integra o procedimento. Já os contratos de cessão onerosa de espaços internos para instituições bancárias possuem vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses.

**Eventual falta do serviço pode impactar negativamente na atividade-fim da unidade ou em serviço por ela prestado?**

Sim. A ausência de empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação de imóveis impacta negativamente no serviço prestado por esta Secretaria de Engenharia, acarretando: manutenção de uma base de dados desatualizada, afetando os valores contábeis e patrimoniais relativos aos imóveis da União; dificuldade de aferição dos preços de mercado nos contratos de locação de imóvel e cessão onerosa de espaços internos.

**A solução ou parcela da solução constitui um serviço continuado?**

Sim. Pelos motivos expostos acima, há a necessidade da continuidade do serviço ao longo do tempo, vez que a sua essencialidade, caso haja interrupção, poderá causar comprometimento à prestação dos serviços judiciais e administrativos deste Regional.

**Em caso de serviço continuado, qual a duração inicial e a duração máxima do contrato?**

Propõe-se que a Ata de Registro de Preços tenha validade de 12 meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei por mais 12 meses.

### **XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Por todo o exposto, declara-se que a contratação é viável e imprescindível para a adequada gestão imobiliária no âmbito deste Regional, permitindo cumprir as exigências legais na instrução dos processos de operações imobiliárias (locações, vendas, permutas, aquisições por compra ou doação e cessões).

### **ASSINATURA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Integrante demandante:	Cristiano Carneiro da Fonseca
Integrante Técnico:	x

**CADERNO 5**  
**APROVAÇÃO DA SOLUÇÃO**

Decisor:	Louise Costa Ferreira
Unidade Demandante:	Secretaria de Engenharia
Equipe de Planejamento:	x
Integrante demandante:	Cristiano Carneiro da Fonseca
Integrante Técnico:	x
Integrante Administrativo:	x

**MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE DECISORA**

Diante das informações prestadas, a solução delineada no Estudo Técnico Preliminar apresentado é a que trará melhor resposta ao problema indicado, sendo devidamente adequada aos interesses da Administração.

**ASSINATURA DO DECISOR:**

**Assinatura:**

**Nome:** Louise Costa Ferreira

**Cargo:** Secretária de Engenharia